



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Rua Bento Martins, 2619, CEP: 97501-520 – Uruguaiana/RS – Telefone: (55) 3412-5977  
Página: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br) – E-mail: [protocolo@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:protocolo@uruguaiana.rs.leg.br)

Ofício nº Exec. ~~372~~ 2021/DLEG

Uruguaiana, 19 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Ronnie Peterson Colpo Mello  
Prefeito Municipal  
Nesta Cidade

Assunto: Registro de marcas e sinais

Senhor Prefeito,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para, em atenção à indicação nº 120/2021 da Bancada Progressista, protocolizada nesta Casa sob o nº 832/2021/LEG e aprovada pelo Plenário, indicar a Vossa Excelência, a sugestão de reorganização e modernização do Registro Municipal de Marcas e Sinais.
2. Justifica-se a presente, visando organizar e modernizar o sistema de marcas e sinais do município, para que seja incluído em um sistema computadorizado e de acesso às forças policiais e fiscalizadoras.
3. Um banco de dados com acesso online e rápido torna possível que os órgãos interessados possam consultar o registro de marcas e sinais dos produtores rurais. Modernização que seria também um importante apoio no combate ao abigeato.

Atenciosamente,

Ver CARLOS ALBERTO DELGADO DE DAVID  
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**

PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Rua Bento Martins, 2619, CEP: 97501-520 – Uruguaiana/RS – Telefone: (55) 3412-5977

Página: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br) – E-mail: [protocolo@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:protocolo@uruguaiana.rs.leg.br)



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_ / 2021**

Dispõe sobre a reorganização e modernização do Registro Municipal de Marcas e Sinais, cria sua Política Municipal e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Marcas e Sinais no município de Uruguaiana que contemplará espécies: bovino, caprino, ovino, bubalino, equino e muar, em conformidade com a Lei Federal nº 4.714, de 29 de junho de 1965, que modifica legislação anterior sobre o uso da marca a fogo no gado bovino, combinadas com a Lei Federal nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos, bem como Decreto Federal nº 7.623, de 22 de novembro de 2011 que regulamenta a Lei Federal nº 12.097/2009.

**Art. 2º** O registro de marcas tem como objetivo específico assegurar o direito de propriedade e de seus rebanhos.

**Art. 3º** O registro da marca deverá ser anterior a marcação do animal.

Parágrafo único: Havendo litígio sobre as semelhanças ou coincidências de marcas, prevalece aquela que estiver registrada.

**Art. 4º** Compete ao Poder Executivo promover a atualização das marcas e sinais dos produtores rurais do município.

§ 1º Para conhecimento dos proprietários, deverá o Poder Executivo promover a publicação de editais públicos em mídias impressas e/ou digitais, dando prazo de 180 dias, a partir da data de publicação do mesmo, para que o proprietário busque o órgão responsável para referida aferição e atualização da marca. Devendo obedecer aos seguintes critérios:

I – A atualização dar-se-á pela necessidade de exclusão de marcas já extintas;

II – As marcas devem respeitar o disposto nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 4.714, de 29 de junho de 1965;

III – Marcas idênticas não serão mais permitidas no município, salvo as que por ventura tenham sido cadastradas antes da promulgação da presente Lei;

§ 2º As marcas serão registradas em sistema próprio, devendo constar, além do desenho, alguns dados dos produtores, como número de CPF, endereço, número de telefone, localidade(s) onde estão lotados os animais e outras informações pertinentes.

§ 3º O produtor rural, proprietário do animal deverá atender as seguintes determinações:

I – A digitalização da marca e do sinal dos animais dar-se-á por digitalizador (scanner) ou fotografia;

II – O produtor rural, no momento do cadastro, deverá entregar cópia de fotografia em boa resolução, sem desfoques e com boa iluminação de um animal de sua propriedade, marcado (ou assinalado, se for o caso), ao setor responsável, para criação de um cadastro digital.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Rua Bento Martins, 2619, CEP: 97501-520 – Uruguaiana/RS – Telefone: (55) 3412-5977  
Página: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br) – E-mail: [protocolo@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:protocolo@uruguaiana.rs.leg.br)

III – O proprietário que não atualizar o cadastro dentro do prazo estabelecido terá sua marca automaticamente extinta, devendo, para os fins legais, reiniciar o processo de registro da marca junto ao setor responsável.

**Art. 5º** Será criado o Cadastro Único Municipal de Marcas e Sinais, disponível via internet, que poderá ser disponibilizado para órgãos de segurança, de controle sanitário e outros que a Administração Municipal entender conveniente.

**Art. 6º** Os órgãos interessados em ter acesso ao Cadastro Único Municipal de Marcas e Sinais deverão solicitar mediante ofício da autoridade competente.

**Art. 7º** O Cadastro Único Municipal de Marcas e Sinais poderá ser disponibilizado através do site da Prefeitura Municipal de Uruguaiana ou por outro meio definido pela Administração Municipal.

**Art. 8º** Os dados dos produtores rurais que integrarem o Cadastro Único Municipal de Marcas e Sinais estarão devidamente protegidos, assegurada à privacidade, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**Art. 9º** O cadastro deverá constar, para fins informativos, os dados referidos no § 2º do artigo 4º da presente Lei.

**Art. 10º** Para os casos de animais com registro genealógico em entidades privadas autorizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), basta remeter os dados já cadastrados.

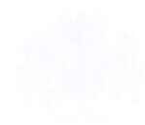
**Parágrafo único:** A marca e sinal, prevista neste caput, devem estar em acordo com o disposto na presente Lei.

**Art. 11º** Possuindo o produtor outra modalidade de identificação de seus animais, em acordo com o inciso I do art. 4º da Lei 12.097, de 24 de novembro de 2009, as informações devem conter em seu cadastro.

**Art. 12º** O Poder Executivo poderá regulamentará esta Lei, no que couber.

**Art. 13º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Uruguaiana, em 20 de agosto de 2021.



# UNIVERSITY OF THE PACIFIC

## SCHOOL OF THEOLOGY

1950-1951

1	1. Theology	1. Theology
2	2. Bible	2. Bible
3	3. Church History	3. Church History
4	4. Christian Philosophy	4. Christian Philosophy
5	5. Christian Ethics	5. Christian Ethics
6	6. Christian Mysticism	6. Christian Mysticism
7	7. Christian Liturgy	7. Christian Liturgy
8	8. Christian Art	8. Christian Art
9	9. Christian Music	9. Christian Music
10	10. Christian Literature	10. Christian Literature
11	11. Christian Social Work	11. Christian Social Work
12	12. Christian Education	12. Christian Education
13	13. Christian Missions	13. Christian Missions
14	14. Christian Theology	14. Christian Theology
15	15. Christian Philosophy	15. Christian Philosophy
16	16. Christian Ethics	16. Christian Ethics
17	17. Christian Mysticism	17. Christian Mysticism
18	18. Christian Liturgy	18. Christian Liturgy
19	19. Christian Art	19. Christian Art
20	20. Christian Music	20. Christian Music
21	21. Christian Literature	21. Christian Literature
22	22. Christian Social Work	22. Christian Social Work
23	23. Christian Education	23. Christian Education
24	24. Christian Missions	24. Christian Missions
25	25. Christian Theology	25. Christian Theology
26	26. Christian Philosophy	26. Christian Philosophy
27	27. Christian Ethics	27. Christian Ethics
28	28. Christian Mysticism	28. Christian Mysticism
29	29. Christian Liturgy	29. Christian Liturgy
30	30. Christian Art	30. Christian Art
31	31. Christian Music	31. Christian Music
32	32. Christian Literature	32. Christian Literature
33	33. Christian Social Work	33. Christian Social Work
34	34. Christian Education	34. Christian Education
35	35. Christian Missions	35. Christian Missions
36	36. Christian Theology	36. Christian Theology
37	37. Christian Philosophy	37. Christian Philosophy
38	38. Christian Ethics	38. Christian Ethics
39	39. Christian Mysticism	39. Christian Mysticism
40	40. Christian Liturgy	40. Christian Liturgy
41	41. Christian Art	41. Christian Art
42	42. Christian Music	42. Christian Music
43	43. Christian Literature	43. Christian Literature
44	44. Christian Social Work	44. Christian Social Work
45	45. Christian Education	45. Christian Education
46	46. Christian Missions	46. Christian Missions
47	47. Christian Theology	47. Christian Theology
48	48. Christian Philosophy	48. Christian Philosophy
49	49. Christian Ethics	49. Christian Ethics
50	50. Christian Mysticism	50. Christian Mysticism
51	51. Christian Liturgy	51. Christian Liturgy
52	52. Christian Art	52. Christian Art
53	53. Christian Music	53. Christian Music
54	54. Christian Literature	54. Christian Literature
55	55. Christian Social Work	55. Christian Social Work
56	56. Christian Education	56. Christian Education
57	57. Christian Missions	57. Christian Missions
58	58. Christian Theology	58. Christian Theology
59	59. Christian Philosophy	59. Christian Philosophy
60	60. Christian Ethics	60. Christian Ethics
61	61. Christian Mysticism	61. Christian Mysticism
62	62. Christian Liturgy	62. Christian Liturgy
63	63. Christian Art	63. Christian Art
64	64. Christian Music	64. Christian Music
65	65. Christian Literature	65. Christian Literature
66	66. Christian Social Work	66. Christian Social Work
67	67. Christian Education	67. Christian Education
68	68. Christian Missions	68. Christian Missions
69	69. Christian Theology	69. Christian Theology
70	70. Christian Philosophy	70. Christian Philosophy
71	71. Christian Ethics	71. Christian Ethics
72	72. Christian Mysticism	72. Christian Mysticism
73	73. Christian Liturgy	73. Christian Liturgy
74	74. Christian Art	74. Christian Art
75	75. Christian Music	75. Christian Music
76	76. Christian Literature	76. Christian Literature
77	77. Christian Social Work	77. Christian Social Work
78	78. Christian Education	78. Christian Education
79	79. Christian Missions	79. Christian Missions
80	80. Christian Theology	80. Christian Theology
81	81. Christian Philosophy	81. Christian Philosophy
82	82. Christian Ethics	82. Christian Ethics
83	83. Christian Mysticism	83. Christian Mysticism
84	84. Christian Liturgy	84. Christian Liturgy
85	85. Christian Art	85. Christian Art
86	86. Christian Music	86. Christian Music
87	87. Christian Literature	87. Christian Literature
88	88. Christian Social Work	88. Christian Social Work
89	89. Christian Education	89. Christian Education
90	90. Christian Missions	90. Christian Missions
91	91. Christian Theology	91. Christian Theology
92	92. Christian Philosophy	92. Christian Philosophy
93	93. Christian Ethics	93. Christian Ethics
94	94. Christian Mysticism	94. Christian Mysticism
95	95. Christian Liturgy	95. Christian Liturgy
96	96. Christian Art	96. Christian Art
97	97. Christian Music	97. Christian Music
98	98. Christian Literature	98. Christian Literature
99	99. Christian Social Work	99. Christian Social Work
100	100. Christian Education	100. Christian Education



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 4.714, DE 29 DE JUNHO DE 1965.**

Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O gado bovino só poderá ser marcado a ferro candente na cara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo da linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-rótulo-tibial e humero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada *grupon*.

Art. 2º Fica proibido o uso de marca cujo tamanho não possa caber um círculo de onze centímetros de diâmetro (0,11m).

Art. 3º Fica proibido o emprêgo de marca de fogo, por parte dos estabelecimentos de abate de gado bovino para identificação de couros.

Art. 4º Os estabelecimentos de abate, que sacrifiquem gado cuja marcação esteja em desacôrdo com o estabelecido nos arts. 1º, 2º e 3º desta Lei ficam sujeitos à multa de valor equivalente a 5% (cinco por cento) do maior salário-mínimo vigente no País, por animal assim marcado. (Vide Decreto-Lei nº 460, de 1969)

Art. 5º Compete ao Ministério da Agricultura, por intermédio de seu órgão competente, fiscalizar o fiel cumprimento desta lei, nos estabelecimentos industriais sujeitos à inspeção federal, nos matadouros que abatem para consumo local e nos próprios estabelecimentos pastoris. (Vide Decreto-Lei nº 460, de 1969)

§ 1º O Ministério da Agricultura promoverá, igualmente, pelos seus órgãos de divulgação, ampla campanha educativa junto aos criadores, no que se refere aos objetivos desta lei, em colaboração com associações rurais do País e os órgãos especializados do Ministério da Indústria e do Comércio. (Vide Decreto-Lei nº 460, de 1969)

Art. 6º O Banco do Brasil e demais estabelecimentos bancários, dos quais a União seja maior acionista no estabelecimento de normas sobre níveis de empréstimos por cabeça de gado, levarão em consideração, para fins de níveis especiais, os criadores e internistas que apresentarem o gado bovino devidamente cuidado e isento de berne e carrapato e dispuserem de meios necessários ao tratamento, por porvilhamento, pulverização ou imersão do gado.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção do disposto em seu art. 4º que vigorará somente a partir de 1º de janeiro de 1969.

Art. 8º Ficam revogados o Decreto-lei nº 4.854, de 21 de outubro de 1942, e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Hugo Leme*

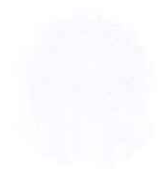
*Daniel Faraco*

*Octávio Gouveia de Bulhões*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 6.7.1965 e retificado em 16.7.1965

\*

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

CHICAGO, ILL.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO





**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 12.097, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.**

Regulamento

Dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei conceitua e disciplina a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

Art. 2º A rastreabilidade de que trata esta Lei é a capacidade de garantir o registro e o acompanhamento das informações referentes às fases que compõem a cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos, permitindo seguir um animal ou grupo de animais durante todos os estágios da sua vida, bem como seguir um produto por todas as fases de produção, transporte, processamento e distribuição da cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

Parágrafo único. A rastreabilidade tem por objetivo primordial o aperfeiçoamento dos controles e garantias no campo da saúde animal, saúde pública e inocuidade dos alimentos.

Art. 3º Os agentes econômicos que integram a cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos ficam responsáveis, em relação à etapa de que participam, pela manutenção, por 5 (cinco) anos, dos documentos fiscais de movimentação e comercialização de animais e produtos de origem animal que permitam a realização do rastreamento de que trata esta Lei para eventual consulta da autoridade competente.

Parágrafo único. Os controles de que trata o caput deverão ser implementados no prazo de até 2 (dois) anos a contar da data de regulamentação desta Lei, devendo a norma reguladora, sempre que possível, estabelecer procedimentos que não sobrecarreguem o produtor em termos de formalidades administrativas.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a rastreabilidade da cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos será implementada exclusivamente com base nos seguintes instrumentos:

I - marca a fogo, tatuagem ou outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, para identificação do estabelecimento proprietário;

II - Guia de Trânsito Animal - GTA;

III - nota fiscal;

IV - registros oficiais dos serviços de inspeção de produtos de origem animal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme exigir a legislação pertinente;

V - registros de animais e produtos efetuados no âmbito do setor privado pelos agentes econômicos de transformação industrial e distribuição.

§ 1º Poderão ser instituídos sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária que adotem instrumentos adicionais aos citados no caput, e as suas regras deverão estar acordadas entre as partes.

§ 2º A organização e o registro das informações de que trata o caput deverão ser feitos por meio eletrônico, devendo o Poder Executivo Federal adotar os meios necessários para integrar e organizar as referidas informações.

Art. 5º A marca a fogo ou a tatuagem de que trata o inciso I do caput do art. 4º desta Lei é obrigatória e deverá ser aposta, respectivamente:

I - na perna ou na orelha esquerdas, conforme o caso, para indicar o estabelecimento de nascimento do animal;

II - na perna ou na orelha direitas, conforme o caso, para indicar os estabelecimentos proprietários subsequentes.

PROCEEDINGS OF THE  
SIXTH ANNUAL MEETING  
OF THE AMERICAN SOCIETY OF  
CELL BIOLOGISTS



1964, DECEMBER 12-14, UNIVERSITY OF CALIFORNIA, SAN DIEGO

Session	Topic	Chairman	Members
1	Cell Growth and Division	W. S. Hoar	W. S. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
2	Cell Differentiation	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
3	Cell Metabolism	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
4	Cell Physiology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
5	Cell Pathology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
6	Cell Immunology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
7	Cell Biophysics	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
8	Cell Biochemistry	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
9	Cell Molecular Biology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
10	Cell Development	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
11	Cell Aging	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
12	Cell Cancer	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
13	Cell Neurobiology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
14	Cell Plant Biology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
15	Cell Microbiology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
16	Cell Biotechnology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
17	Cell Environmental Biology	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
18	Cell Evolution	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
19	Cell Systematics	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar
20	Cell Taxonomy	J. H. Hoar	J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar, J. H. Hoar



§ 1º As marcas e tatuagens referidas no inciso I do caput do art. 4º desta Lei obedecerão, quando for o caso, às disposições da Lei nº 4.714, de 29 de junho de 1965, e deverão ser inscritas em órgãos ou entes públicos municipais ou estaduais ou nas entidades locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, referido na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

§ 2º A União providenciará, em até 2 (dois) anos, em caráter suplementar, sistema de inscrição de marcas, nos municípios em que não haja sistema adequado de inscrição.

§ 3º Será dispensado o uso de marca a fogo, tatuagem ou outra forma de marcação permanente quando for utilizado sistema de identificação dos animais por dispositivo eletrônico.

§ 4º Será dispensado o uso de marca a fogo, tatuagem ou de outra forma de marcação permanente no caso de animais com registro genealógico em entidades privadas autorizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos da Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965.

§ 5º Caso as formas de identificação de que trata o caput tornarem-se obsoletas ou inviáveis, outras formas poderão ser instituídas a critério do Poder Executivo.

Art. 6º Os estabelecimentos rurais e os de abate somente poderão receber bovinos e búfalos identificados na forma do art. 4º desta Lei e acompanhados de GTA em que essa identificação esteja presente.

Art. 7º Para o atendimento ao disposto nesta Lei, e para todos os efeitos fiscais, ficam autorizados os produtores rurais a emitir suas próprias notas fiscais, a partir de talonário previamente registrado perante a autoridade fazendária.

Art. 8º A autorização de importação de animais e produtos de origem animal de que trata esta Lei fica condicionada à comprovação pelo importador de que foram cumpridas as regras de rastreabilidade do país de origem e que essas normas sejam pelo menos equivalentes ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos embriões e ao sêmen de bovinos e búfalos cuja importação obedecerá a regulamentos próprios.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação oficial.

Brasília, 24 de novembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Reinhold Stephanes*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.11.2009





**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 7.623, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.**

Regulamenta a Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre a aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º A marca a fogo, tatuagem ou outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, de que trata o inciso I do caput do art. 4º da Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, devem permitir a identificação do estabelecimento proprietário.

§ 1º A marca a fogo, tatuagem ou outra forma permanente e auditável referidas no caput devem ser inscritas em órgãos ou entes públicos municipais ou estaduais ou nas entidades locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária previsto nos arts. 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, em meio eletrônico.

§ 2º Estabelecimento proprietário representa um conjunto de bovinos e búfalos mantido em propriedade rural em posse de um ou mais produtores rurais, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

§ 3º Para efeito do art. 5º da Lei nº 12.097, de 2009, quando do uso da marcação a fogo na indicação de estabelecimentos proprietários subsequentes, havendo uma marca anterior, a nova deve ser feita imediatamente à direita dessa marca; na ausência de espaço à direita, a nova deve ser deslocada para a linha imediatamente acima das marcações já existentes.

§ 4º Ficará a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, providenciar sistema de inscrição de marcas em caráter suplementar.

Art. 2º Para efeito do art. 5º da Lei nº 12.097, de 2009, a tatuagem pode ser constituída por letras, números, ou uma combinação de letras e números.

Parágrafo único. Será permitida uma única indicação de estabelecimento proprietário subsequente através de tatuagem, devendo ser adotada, em caso de nova transferência, outra forma de identificação.

Art. 3º Caberá ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em ato próprio:

I - definir outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, prevista no inciso I do caput do art. 4º da Lei nº 12.097, de 2009;

II - padronizar os dispositivos eletrônicos de que trata o § 3º do art. 5º da Lei nº 12.097, de 2009; e

III - definir outras formas de identificação a serem utilizadas nos sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária.

Art. 4º Para fins do disposto no art. 2º da Lei nº 12.097, de 2009, o registro e o acompanhamento das informações serão efetuados em sistema público informatizado de inclusão e gerenciamento de dados e informações, mantido sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com ações e serviços executados pelos entes federativos, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada.

Art. 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento será responsável por fornecer toda a numeração relativa à identificação individual dos bovinos e búfalos para efeito de rastreabilidade.

Art. 6º Caberá à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA a gestão de protocolos de rastreabilidade de adesão voluntária, conforme previsto no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.097, de 2009.

Parágrafo único. A CNA poderá fazer uso de dados, informações técnicas e comerciais, programas de informática, procedimentos e rotinas, resguardadas as informações estratégicas de cada elo da cadeia, com o propósito de utilização e prestação de serviços no que lhe couber.



# Journal of the American Medical Association

(Formerly the Medical Record)

PUBLISHED WEEKLY



Subscription prices: Single copies, 10 cents; 1 year, \$3.00; 3 years, \$8.00.

Subscription prices		Advertising rates	
Single copies	10 cents	Per line per week	\$1.00
1 year	\$3.00	Per line per month	\$3.00
3 years	\$8.00	Per line per quarter	\$7.50
Advertising rates		Per line per year	\$12.00
Subscription prices		Per line per 6 months	\$6.00
Advertising rates		Per line per 3 months	\$3.00
Subscription prices		Per line per 15 days	\$1.00
Advertising rates		Per line per 10 days	.75
Subscription prices		Per line per 7 days	.50
Advertising rates		Per line per 5 days	.35
Subscription prices		Per line per 3 days	.25
Advertising rates		Per line per 2 days	.15
Subscription prices		Per line per 1 day	.10
Advertising rates		Per line per 12 hours	.05
Subscription prices		Per line per 6 hours	.03
Advertising rates		Per line per 3 hours	.02
Subscription prices		Per line per 1 hour	.01
Advertising rates		Per line per 30 minutes	.01
Subscription prices		Per line per 15 minutes	.01
Advertising rates		Per line per 10 minutes	.01
Subscription prices		Per line per 5 minutes	.01
Advertising rates		Per line per 1 minute	.01

Art. 7º Os sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária da cadeia produtiva de carne de bovinos e de búfalos previstos no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.097, de 2009, quando utilizados na certificação oficial brasileira, devem ter seus protocolos avaliados e homologados previamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º São requisitos mínimos para a aprovação dos protocolos a que se refere o **caput** :

I - garantia da identificação animal, seja ela coletiva ou individual;

II - inserção dos dados no sistema informatizado de lançamento que possibilite o adequado abastecimento das informações no sistema público informatizado a que se refere o artigo 4º ;

III - detalhamento dos objetivos do sistema de rastreabilidade, dos procedimentos de execução e das formas de controle para certificação em manual;

IV - arquivamento dos registros gerados na execução dos processos definidos no manual pelo período de cinco anos com o intuito de garantir a auditabilidade do protocolo;

V - cópia do instrumento social registrado em junta comercial ou instrumento equivalente que indique o endereço e com o objetivo condizente com a atividade a ser exercida;

VI - existência de responsável técnico; e

VII - demonstração da capacidade operacional de execução do protocolo proposto.

§ 2º A estrutura básica do protocolo e os requisitos mínimos a serem contemplados pelo manual serão definidos em ato normativo próprio.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realizará auditorias nos sistemas de adesão voluntária a fim de avaliar a eficácia do protocolo no que se refere às garantias propostas.

§ 4º O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá suspender sistema de adesão voluntária já estabelecido na hipótese de não atendimento das garantias propostas.

Art. 8º As garantias dadas pelos sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária poderão ser utilizadas como base para certificação oficial brasileira.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF  
*Mendes Ribeiro Filho*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.11.2011

1. Die Aufgabe ist, die folgenden Aussagen zu bewerten und zu begründen. (10 Punkte)

a) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

b) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

c) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

d) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

e) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

f) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

g) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

h) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

i) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)

j) Die Funktion  $f(x) = x^2 + 1$  ist eine bijektive Abbildung von  $\mathbb{R}$  nach  $\mathbb{R}$ . (1 Punkt)